

23/06/2020

ENC: MPV 932 | Manifestação FENOP - Co... - Jacqueline de Souza Alves da Silva

ENC: MPV 932 | Manifestação FENOP - Contrária aos Art. 3º e 4º do PLV 17/20

Marcelo de Almeida Frota

ter 23/06/2020 12:29

Para: Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>;

Prioridade: Alta

 4 anexos

FENOP-PorteContra-Rel.MPV932-20-Senado.pdf; Nota ABRATEC - MP nº 932-2020.pdf; NotaConjEmprLaborl-Contra-MPV932-20-FederAssin.pdf; NT_SNPTA_MPV_932.pdf;

De: Foco - Renato Matos Roll [mailto:renato@foco-legislativo.com.br]

Enviada em: terça-feira, 23 de junho de 2020 10:05

Para: Marcelo de Almeida Frota <MFROTA@senado.leg.br>

Cc: Foco - Carla Bencke <carla@foco-legislativo.com.br>

Assunto: ENC: MPV 932 | Manifestação FENOP - Contrária aos Art. 3º e 4º do PLV 17/20

Prioridade: Alta

Prezado Marcelo Frota,

Segue abaixo e-mail destinado ao presidente Davi Alcolumbre, tendo em vista o não recebimento da primeira mensagem enviada para o correio eletrônico institucional.

Permanecemos à disposição.

Atenciosamente,

Renato Matos Roll
Foco Assessoria e Consultoria Ltda.
Brasília - DF

Tel.: +55 (61) 3327 1289 / 99248 6299

renato@foco-legislativo.com.br

** Estamos trabalhando em regime excepcional de teletrabalho para minimizar os riscos de contágio do Coronavírus. Permanecemos disponíveis por meio dos nossos endereços eletrônicos e telefones celulares, bem como para realização de tele ou videoconferências.*

*** Todos os produtos, informações e o atendimento das demandas serão realizados normalmente. Visando evitar eventuais perdas de formatação, durante este período, os produtos serão enviados anexos aos e-mails.*

De: Foco - Renato Matos Roll <renato@foco-legislativo.com.br>

Enviada em: terça-feira, 23 de junho de 2020 09:58

Para: 'presidente@senado.leg.br' <presidente@senado.leg.br>

Cc: Foco - Carla Bencke <carla@foco-legislativo.com.br>

Assunto: MPV 932 | Manifestação FENOP - Contrária aos Art. 3º e 4º do PLV 17/20

Prioridade: Alta

23/06/2020

ENC: MPV 932 | Manifestação FENOP - Co... - Jacqueline de Souza Alves da Silva

Ao Excelentíssimo Senhor

DAVI ALCOLUMBRE

Presidente do Senado Federal

Gabinete do Presidente - Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Brasília DF

Senhor Presidente,

Vimos em nome da **Federação Nacional das Operações Portuárias – Fenop** encaminhar manifestação pela **supressão ou impugnação dos artigos 3º e 4º do PLV 17/2020** (MPV 932), que trata sobre a redução temporária das alíquotas de contribuição ao Sistema S, matéria constante na pauta do Plenário do Senado desta terça (23).

Tais artigos tratam da transferência dos recursos pagos pelas empresas do sistema portuário, para fins de treinamento dos trabalhadores do setor, para o SEST/SENAT da Confederação Nacional dos Transportes – CNT.

Em linhas gerais, a FENOP aponta que:

- I) A transferência dos recursos para o SEST/SENAT é **matéria estranha** ao texto original da MPV 932/20, que tinha um viés temporário, voltado unicamente para a redução de alíquotas do Sistema S, sem tratar em nenhum momento sobre o setor portuário;
- II) O setor portuário possui características que o distingue do setor de transporte, sendo **competência exclusiva do Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário – OGMO** a realização dos treinamentos e capacitações dos trabalhadores portuários, avulsos e vinculados (Lei 12.815/13, artigos 32 e 33), entendimento já reforçado pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST;
- III) A CNT também não possui competência legal para promover a **representação institucional das empresas do setor portuário**, que tem a FENOP como a única entidade do sistema federativo com competência para representar nacionalmente o setor empresarial de operações portuárias, não sendo filiada a qualquer Confederação, também não existindo qualquer Confederação empresarial com competência sobre tal setor; e
- IV) A mudança proposta geraria **insegurança jurídica** no setor, visto que não há o estabelecimento de competência legal ao sistema SEST/SENAT para exercer o papel de treinamento e assistência a todos profissionais portuários e a inexistência de garantia de que os recursos arrecadados seriam vertidos exclusivamente para o treinamento desses profissionais.

Dessa forma, solicitamos o apoio do Excelentíssimo Senador no sentido da **supressão ou impugnação dos artigos 3º e 4º do PLV 17/2020**, por consideração como matéria estranha à MPV 932 e seus impactos negativos na formação profissional do setor, observando que tal pleito é apoiado pelas **Emendas nº 119, 120 e 121** (*supressão*), além dos Requerimentos nº **912** e **920** (*impugnação*).

Solicitamos ainda a possibilidade de realização de **audiência em regime de videoconferência** com o senador e dirigentes das entidades do setor portuário para tratar sobre a questão antes da votação da matéria em Plenário.

Destacando que o posicionamento contrário aos artigos 3º e 4º é compartilhado pelas **entidades empresariais e laborais do setor portuário**, encaminhamos anexas as notas técnicas da FENOP, da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres – ABRATEC e do Ministério da Infraestrutura que detalham os argumentos sobre a questão, além de manifestação assinada pelas entidades do setor portuário pela supressão dos artigos 3º e 4º no PLV 17/2020.

Atenciosamente,

Renato Matos Roll

Foco Assessoria e Consultoria Ltda.

Brasília - DF

Tel.: +55 (61) 3327 1289 / 99248 6299

renato@foco-legislativo.com.br

23/06/2020

ENC: MPV 932 | Manifestação FENOP - Co... - Jacqueline de Souza Alves da Silva

** Estamos trabalhando em regime excepcional de teletrabalho para minimizar os riscos de contágio do Coronavírus. Permanecemos disponíveis por meio dos nossos endereços eletrônicos e telefones celulares, bem como para realização de tele ou videoconferências.*

*** Todos os produtos, informações e o atendimento das demandas serão realizados normalmente. Visando evitar eventuais perdas de formatação, durante este período, os produtos serão enviados anexos aos e-mails.*

A FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE OPERAÇÕES PORTUÁRIAS É CONTRÁRIA AOS ARTIGOS 3º. E 4º. DO PLV Nº 17 DE 2020 – MP 932/2020

- A. Os artigos 3º. e 4º. do Projeto de Lei de Conversão da MP 932/20, definem a transferência recursos pagos pelas empresas do sistema portuário, para o SEST/SENAT – CNT, que não têm qualquer competência sobre a atividade econômica de portos e que não constam em nenhum ponto da legislação portuária;
- B. A CNT em sua manifestação, informa o atendimento de profissionais do setor de portos. A FENOP efetuou consulta sobre tal afirmação e nenhum OGMO confirmou ter recebido recursos ou atendimentos do SEST/SENAT, em treinamentos de trabalhadores portuários. Seria interessante que a CNT esclarecesse que forma de atendimento e sobre quais profissionais estaria se referindo.
- C. Tais artigos desconsideram totalmente as competências para treinamentos previstas na legislação portuária e afronta a deliberação do Fórum de Qualificação do Trabalhador Portuário, para a destinação dos recursos para um Sistema S a ser implantado sob a gestão de todas as entidades, empresariais e laborais do setor portuário;
- D. Mais grave ainda é que a proposta, desconsidera totalmente as entidades que atuam no setor portuário, que sequer foram consultadas previamente, em especial a FENOP, como única entidade do sistema federativo com competência para representar o setor empresarial portuário;
- E. O Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, emitiu um parecer técnico contrário à mencionada proposta do Deputado Leal;
- F. O sistema portuário tem legislação própria e exclusiva, Leis 12.815/13 e 9.719/98, seguindo assim a prática mundial, em vista de suas peculiaridades;
- G. Os treinamentos e habilitações de trabalhadores nos portos brasileiros, são competências exclusivas, do órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário, conforme estabelecido na lei 12.815/13ⁱ;
- H. As empresas do setor portuário recolhem valores, para o Fundo do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, gerido pela DPC-Marinha, com percentual de 2,5% sobre as remunerações pagas aos trabalhadores avulsos ou com vínculo empregatício;
- I. O Tribunal Superior do Trabalho – TSTⁱⁱ, também afirma que compete somente ao OGMO o treinamento de trabalhador portuário, tanto o avulso como aquele com vínculo empregatício, descartando inclusive tal competência para o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, sob a gestão da Diretoria de Portos e Costas da Marinha;
- J. O ÓGMO é implantado e administrado exclusivamente pelas empresas de operações portuárias, denominadas “operadores portuários”ⁱⁱⁱ
- K. As empresas de operações portuárias, que administram os OGMOs, são congregadas localmente pelos Sindicatos de empresas de operações portuárias e nacionalmente pela FENOP – Federação Nacional das Operações Portuárias^{iv};

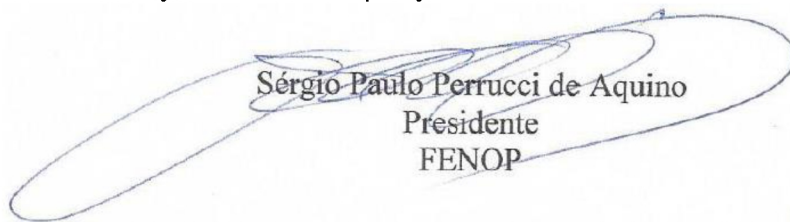


- L. A FENOP é a única entidade do sistema federativo com competência para representar nacionalmente o setor empresarial de operações portuárias, não sendo filiada a qualquer Confederação, também não existindo qualquer Confederação empresarial com competência sobre tal setor;
- M. Para resolver os problemas com a indisponibilidade dos recursos pagos pelas empresas do setor portuário, para o Fundo gerido pela DPC-Marinha que ficam contingenciados pelo Governo, O Fórum Permanente de Qualificação do Trabalhador Portuário^v, deliberou por transferir os recursos atualmente pagos, para um Sistema S portuário a ser implantado. Assim sem gerar elevação de custos. Tal deliberação do Fórum, foi aprovada por unanimidade e portanto, com o apoio da Marinha do Brasil como membro do mesmo; 2
- N. Assim é preciso destacar que já há definição encaminhada pela entidade competente para tanto, o Fórum de Qualificação do Trabalhador Portuário;
- O. Não é legalmente sustentável alterar a destinação de recursos pagos pelas empresas do setor portuário, para treinamentos dos trabalhadores envolvidos, sem que se garanta a gestão e participação das entidades legalmente reconhecidas para representar tal setor empresarial ou laboral;
- P. A FENOP respeita o sistema SETS/SENAT – CNT, porém em suas competências para as atividades de transportes;
- Q. A FENOP respeita e defende a multimodalidade, porém, a sua operacionalização não desconsidera as legislações de cada setor específico;
- R. Porto é um elo da cadeia logística, não modal de transportes, inclusive o próprio Governo Federal, reconheceu a especificidade da atividade portuária ao incluir a mesma como sendo essencial, conforme constante no artigo 6º. Da MP 945/20.

Em vista de tais pontos a FENOP, considerando que também as Federações laborais do setor portuário se manifestaram contrárias à transferência dos recursos para o SEST/SENAT – CNT, vimos solicitar que V.Excia. se posicione contrariamente aos artigos 3º. e 4º. Constante no PLV 17/2020 – MP 932/20

Anexamos também o Parecer contrário emitido pela Secretaria Nacional de Portos e ainda a manifestação isolada e conjunta emitidas também pelas Federações Nacionais dos Trabalhadores portuários.

FENOP – Federação Nacional das Operações Portuárias



Sérgio Paulo Perrucci de Aquino
Presidente
FENOP

Brasília, 19 de junho de 2020.



ⁱ Inciso III do art. 32

“treinar e habilitar profissionalmente o trabalhador portuário, inscrevendo-o no cadastro”;

Inciso II do art. 33

promover:

- a) a **formação profissional do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso, adequando-a aos modernos processos de movimentação de carga e de operação de aparelhos e equipamentos portuários;**
- b) o **treinamento multifuncional do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso;**

3

ⁱⁱ PROCESSO Nº TST-RR-306-24.2011.5.08.0005 C/J PROC. Nº TST-Caulnom-2021-07.2012.5.00.0000 A
C Ó R D Ã O - (1ª Turma)

TRABALHADOR PORTUÁRIO COM VÍNCULO DE EMPREGO. QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL. REGULARIDADE DO CURSO MINISTRADO POR ENTIDADE INDICADA PELO ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO. DESNECESSIDADE DE CERTIFICAÇÃO PELA MARINHA DO BRASIL

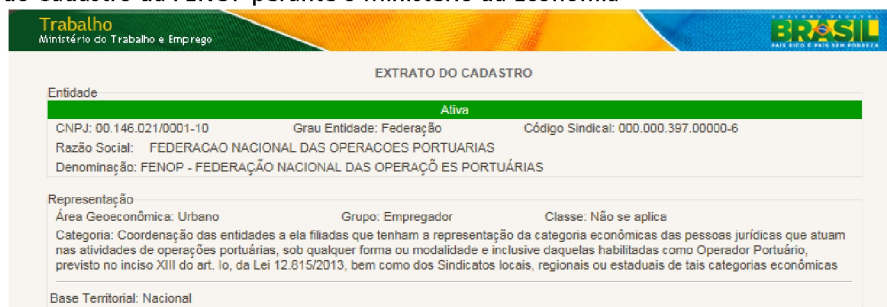
ⁱⁱⁱ Art. 32 da lei 12.815/13:

Art. 32. **Os operadores portuários devem constituir em cada porto organizado um órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário, destinado a:**

Parg. 3º. Do Art. 38 do Decreto 8.033/13:

§ 3º **A Diretoria-Executiva será composta por um ou mais diretores, que serão designados e destituídos a qualquer tempo, pela entidade local, responsável pela indicação do representante dos operadores portuários no Conselho de Autoridade Portuária, cujo prazo de gestão será de três anos, permitida a redesignação.** [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.048, de 2017\)](#)

^{iv} Extrato do Cadastro da FENOP perante o Ministério da Economia



^v Pargr. 4º. Art. 33 da Lei 12.815/13

§ 4º **As matérias constantes nas alíneas a e b do inciso II deste artigo serão discutidas em fórum permanente, composto, em caráter paritário, por representantes do governo e da sociedade civil.**

Art. 39 do Decreto 8.033/13;

Art. 39. Fica instituído o Fórum Nacional Permanente para Qualificação do Trabalhador Portuário, com a finalidade de discutir as questões relacionadas a formação, qualificação e certificação profissional do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso, em especial:





NOTA

A Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres – ABRATEC, que representa terminais portuários especializados na prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de contêineres, arrendados e autorizados, localizados dentro e fora dos portos organizados, apresenta a seguir seu entendimento quanto às alterações pretendidas na Medida Provisória nº 932/2020, constantes nos artigos 3º e 4º, do Projeto de Lei de Conversão (PLV).

As alterações propostas referem-se aos recursos recolhidos pelas empresas portuárias para treinamento de seus trabalhadores, historicamente efetuados em favor do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo – FDEPM.

Qualquer proposta de alteração no recolhimento e na gestão dos recursos não pode confrontar com o marco regulatório do Setor Portuário, estabelecido pela Lei nº 12.815/2013, que determina regras e procedimentos com vistas à formação, ao treinamento e à qualificação de trabalhadores para o Setor.

A operação portuária moderna, tendo características próprias que exigem tratamentos específicos, impõe que os recursos destinados ao treinamento e à qualificação de trabalhadores sejam geridos com a participação do Setor Portuário, em busca da implementação da forma mais adequada para obter os resultados necessários.

Exatamente por conta das especificidades da atividade portuária, a ABRATEC entende que alterações na gestão dos recursos destinados ao treinamento de trabalhadores portuários não devem ser adotadas sem entendimentos prévios, cuja ausência verificada agora na elaboração do Projeto de Lei de Conversão não permite manifestação de concordância com o seu conteúdo e seus objetivos.

A ABRATEC, legitimada pelo fato de que suas empresas afiliadas, operadoras de terminais de contêineres no Brasil, respondem por parte significativa dos recursos arrecadados para a formação e a qualificação de trabalhadores portuários, coloca-se à disposição para a construção de alternativas combinadas que sirvam para imprimir efetividade aos recursos atualmente disponíveis, como também aos recursos que futuramente forem recolhidos.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2020.

Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres – ABRATEC
Sérgio Salomão
Presidente Executivo



TODAS AS FEDERAÇÕES DE EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES DA ATIVIDADE PORTUÁRIA SÃO CONTRÁRIOS À ALTERAÇÃO NA MP 932/20 PROPOSTA PELO RELATOR

Todas as entidades do sistema federativo, com competência legal, para representar o setor portuário, **pela representação empresarial a Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP) e pela representação laboral, a Federação Nacional dos Portuários (FNP), a Federação Nacional dos Estivadores (FNE) e a Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários e Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios (FENCCOVIB), como únicas representantes do setor portuário**, declaram que são contrárias às alterações na MP 932/20, constantes nos artigos 3º. e 4º., propostas pelo Relator, que interferem no sistema de treinamentos de trabalhadores portuários.

O relatório do Deputado Federal, Hugo Leal (PSD/RJ - relator da matéria) pretende transferir os recursos pagos pelas empresas portuárias, para treinamentos de seus trabalhadores, para o SEST/SENAT – CNT, que não têm competência legal sobre o setor portuário.

Essa proposta afronta as competências legais, sobre treinamentos e qualificações do setor portuário, constante no marco regulatório portuário (Lei 12.815/13) e desconsidera todas as entidades que têm efetiva competência legal sobre o setor portuário.

É preciso resolver o problema dos recursos parados no Fundo gerido pela DPC-Marinha, que atualmente conta com um saldo de cerca de R\$ 1.5 bilhão disponível e sem utilização, porém já há solução encaminhada para isso.

O Fórum Permanente de Qualificação do trabalho portuário, estabelecido pela Lei 12.815/13, composto pelas entidades privadas, laborais do setor portuário e o próprio Governo Federal, já definiu por unanimidade a necessidade de se implantar o sistema S portuário, transferindo os atuais pagamentos ao Fundo gerido pela DPC-Marinha, para o novo sistema. A própria Marinha como participante do Fórum de Qualificação, apoiou a criação do Sistema S Portuário.

Todos os denominados "sistemas S", são geridos pela entidade do sistema federativo, que representa legalmente a atividade econômica, que efetua os recolhimentos dos valores. O Sistema S não é gerido por associações e sim somente por entidades do sistema federativo.

A proposta do Deputado Hugo Leal, afronta também esse preceito, pois a única entidade do sistema federativo, com competência legal para representar nacionalmente a atividade econômica de operações portuárias é a FENOP. A CNT não tem competência legal sobre o setor portuário. A FENOP mesmo não sendo coligada a CNT, respeita tal Confederação como representante do setor de transportes, porém não de atividades portuárias.

A atividade econômica de portos não se confunde com a atividade econômica de transportes. São setores complementares, mas distintos.

O setor portuário tem características próprias e os recursos para treinamentos precisam atender a legislação vigente, em especial quanto à entidade legalmente definida pela Lei 12.815/13, como única com competência para treinar e habilitar ao trabalho portuário: OGMO, que é gerido pelas entidades componentes da FENOP.



Mundialmente os sistemas de treinamentos no setor portuário contam com estruturas independentes e exclusivas.

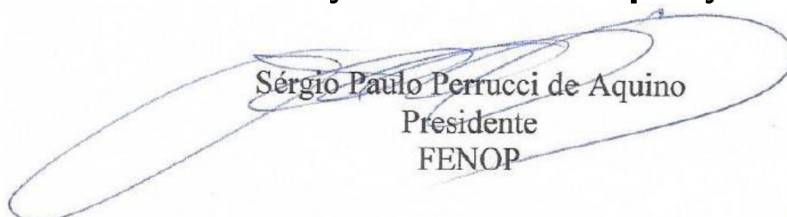
A questão dos recursos para treinamentos portuários é tema relevante, para a qualificação de todos os que trabalham no setor portuário, em especial quanto às necessidades de constantes evoluções tecnológicas.

Por isso as entidades signatárias do presente, vêm conjuntamente se dedicando às soluções para os problemas existentes no Brasil, para a implantação do Sistema S Portuário, cumprindo ao que foi deliberado pelo Fórum de Qualificação do Trabalho Portuário. Essa proposta de implantação do Sistema S Portuário não gerará qualquer elevação de custos, pois apenas transferirá os recursos que atualmente são pagos pelas empresas para o Fundo gerido pela DPC-Marinha.

Inclusive seria possível reduzir a alíquota total de arrecadação atual, aumentando a competitividade do sistema portuário brasileiro, fundamental para as movimentações do comércio exterior, que têm sido sustentáculos da economia pátria.

Assim sendo, todas as entidades do sistema federativo com competência sobre os temas portuários, se mantêm na defesa para a implantação o Sistema S Portuário e se opõem totalmente à proposta do Relator da MP 932/20, que pretende transferir os recursos portuários para o SEST/SENAT – CNT.

**FEDERAÇÃO EMPRESARIAL PORTUÁRIA
FENOP – Federação Nacional das Operações Portuárias**


Sérgio Paulo Perrucci de Aquino
Presidente
FENOP

**FEDERAÇÕES LABORAIS PORTUÁRIAS
FNP – Federação Nacional dos Portuários**


Eduardo Lirio Guterra
Presidente da FNP

FNE – Federação Nacional dos Estivadores


José Adilson Pereira
Presidente da FNE

FENCCOVIB - Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários e Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios.


MÁRIO TEIXEIRA
Presidente – FENCCOVIB



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA
COORDENAÇÃO - GERAL DE GESTÃO DE PORTOS

NOTA TÉCNICA Nº 16/2020/DGMP-SNPTA/SNPTA

Brasília, 03 de junho de 2020.

PROCESSO Nº 50000.021798/2020-53

INTERESSADO: ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS - AESINT, ASSESSORIA PARLAMENTAR - GABINETE DO MINISTRO, SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

1. **ASSUNTO**

1.1. Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 932/2020, de autoria do Exmo Senhor *Deputado HUGO LEAL*, que **“Altera as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos que especifica e dá outras providências”**. Onde a Assessoria Especial de Assuntos Institucionais e Internacionais, solicita a análise e parecer técnico quanto ao mesmo.

2. **REFERÊNCIAS**

- 2.1. Medida Provisória nº 932, de 31 de março de 2020 (SEI 2504195);
2.2. Parecer proferido em Plenário à MPV nº 932 (SEI 2504196).

3. **ANÁLISE**

3.1. A análise tem como escopo apresentar subsídios para o posicionamento da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA em face da Medida Provisória nº 932, de 31 de março de 2020, proposta pelo Deputado Federal Hugo Leal, que visa alterar as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos que especifica e dá outras providências.

3.2. Preliminarmente, observa-se que o artigo 3º. do Projeto de Lei de Conversão da MP 932/20, constante no Relatório apresentado pelo Relator Deputado Hugo Leal, vem tratar de questões relacionadas a gestão e treinamentos de portuários, bem como mudanças no sistema de financiamento para o treinamento de portuários sem envolver e/ou consultar as entidades legalmente competentes e diretamente relacionadas aos temas.

3.3. Diante do apontamento de tal impropriedade, cumpre-nos esclarecer que o atual sistema de financiamento para treinamento de trabalhadores do setor portuário, é custeado com os recursos das empresas privadas das referidas atividades, arrecadadas para o Fundo do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, sob a gestão da Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil, na forma do disposto no Art. 1º. Da lei A Lei nº 5.461, de 25 de junho de 1968, senão vejamos:

Art. 1º As contribuições de que tratam o [art. 1º do Decreto-lei número 6.246, de 5 de fevereiro de 1944](#), e o [art. 23 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966](#), arrecadadas das empresas particulares, estatais, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de navegação marítima, fluvial ou lacustre; de serviços portuários; de dragagem e de administração e exploração de portos, serão destinadas à aplicação nas atividades ligadas ao ensino profissional marítimo, a cargo da Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha, de acordo com a [Lei nº 1.658, de 4 de agosto de 1952](#).

3.4. Todas as empresas do setor portuário arrecadam para o Fundo gerido pela DPC-Marinha do Brasil, o valor equivalente a 2,5% dos salários dos trabalhadores portuários, avulsos ou vinculados;

3.5. Participam do Conselho do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, as entidades empresariais e laborais que atuam no sistema portuário. A FENOP – Federação Nacional das Operações Portuárias, representa o setor empresarial enquanto atualmente a Federação Nacional dos Estivadores – FNE, representa o setor laboral portuário no mencionado conselho do Fundo gerido pela DPC – Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil.

3.6. Assim sendo, todas as entidades representativas do setor portuário (empresarial e laboral) participam do Conselho Gestor que administra os recursos arrecadados pelas empresas do setor portuário.

3.7. Quanto às competências para os treinamentos de trabalhadores portuários, de acordo com os artigos 32 e 33 da Lei 12.815/13, compete exclusivamente ao OGMO – Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário, a realização dos treinamentos e capacitações dos trabalhadores portuários, avulsos e vinculados.

3.8. Ressalta-se que os OGMO's são geridos exclusivamente pelas empresas Operadores Portuárias, que detêm competência para nomear os diretores dos órgãos gestores, conforme disposto no § 3º do art. 38 do Decreto 8.033/13:

§ 3º A Diretoria-Executiva será composta por um ou mais diretores, que serão designados e destituídos a qualquer tempo, pela entidade local, responsável pela indicação do representante dos operadores portuários no Conselho de Autoridade Portuária, cujo prazo de gestão será de três anos, permitida a redesignação. ([Redação dada pelo Decreto nº 9.048, de 2017](#)).

3.9. Os Sindicatos de Operadores Portuários - SINDOPs, são as entidades que representam a categoria econômica das atividades portuárias em cada Porto Organizado, os quais são coligados e representados nacionalmente pela FENOP – Federação Nacional das Operações Portuárias.

3.10. No que se refere ao atual sistema de financiamento e de treinamentos para os trabalhadores portuários, cabe destacar que:

I - Conta com a participação das entidades legalmente reconhecidas para representar o setor empresarial e laboral portuário no Conselho de Gestão do Fundo gerido pela DPC-Marinha do Brasil;

II - É exercido pelo OGMO, como única entidade legalmente autorizada para planejar, executar e indicar entidades para a realização de treinamentos e qualificações funcionais;

III - Envolve as Federações empresarial e laborais do sistema portuário, como únicas que participam legalmente do sistema portuário (FENOP pelo setor empresarial e FNE – Federação Nacional dos Estivadores / FNP – Federação Nacional dos Portuários e FENCCOVIB – Federação Nacional dos Conferentes, Capatazias, Vigilantes e Bloco) que participam do Fórum Nacional de Qualificação do Trabalho Portuário, instituído pelo Decreto 8033/13.

3.11. Ato contínuo, é importante salientar os desdobramentos da decisão do fórum permanente de qualificação do trabalho portuário, o qual foi instituído pelo Decreto nº 8033/13 para debater e definir encaminhamentos para a qualificação e treinamentos dos trabalhadores portuários, cuja composição é exclusiva das entidades empresariais do setor portuário e de vários representantes do Governo Federal:

I - Deliberou pela implantação de um Sistema S, exclusivamente portuário;

II - Encontra-se em análise no Governo Federal, uma proposta de projeto de lei, para a implantação de um Sistema S portuário, apoiado pela FENOP, pelas Federações laborais, por várias Associações empresariais portuárias, por todos os Sindicatos de Operadores Portuários e todos os OGMOs, do país;

III - A proposta para a implantação do Sistema S Portuário, contempla a participação de todas as Federações laborais portuárias e várias Associações de Terminais Portuárias, no Conselho Gestor e na Diretoria Executiva e portanto, será gerida exclusivamente por entidades que atuam no setor portuário;

IV - A proposta para a implantação de um Sistema S Portuário, não gerará nenhuma elevação de custos, pois receberá os recursos do setor portuário que atualmente são direcionados para o Fundo gerido pelo DPC-Marinha.

3.12. Mediante as considerações tratadas na presente análise, conclui-se que a transferência dos recursos arrecadados pelas empresas portuárias para o SEST/SENAT seria inadequada, e não poderiam ser utilizados plenamente.

4. CONCLUSÃO

4.1. Diante de todo o exposto, esta Coordenação-Geral de Gestão de Portos - CGGP, com base no material apresentado em respeito ao Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 932/2020, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado HUGO LEAL, manifesta-se contrária à proposta, em razão dos possíveis impactos e repercussões negativas que implicariam na gestão portuária.

4.2. À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

FERNANDA MACHADO

Coordenadora Geral de Gestão de Portos

De acordo. Encaminhe-se o presente ao Gabinete da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários para as providências da alçada daquela unidade.

(assinado eletronicamente)

OTTO BURLIER

Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Souza Machado, Coordenador-Geral**, em 03/06/2020, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Otto Luiz Burlier da Silveira Filho, Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária**, em 03/06/2020, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2504229** e o código CRC **D2EDB31F**.



Referência: Processo nº 50000.021798/2020-53



SEI nº 2504229

EQSW 301/302, Lote N2 01, Ed. Montes, 2º andar - Ala Sul - Bairro Setor Sudoeste
Brasília/DF, CEP 70673-150
Telefone: (61) 2029 - 8828 - www.infraestrutura.gov.br



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO 5/2020

Junte-se à página oficial da tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas de manifestações externas, conforme listagem a seguir exposta:

1. PDL nº 389, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.031603/2020-87
2. PL nº 873, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.049183/2020-95
3. PL nº 2564, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.049326/2020-69
4. PL nº 5991, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.163802/2019-10
5. MPV nº 936, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.050390/2020-92
6. PLN nº 8, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.050381/2020-00
7. PDL nº 116, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.040280/2020-12
8. PL nº 3975, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.051958/2020-92
9. PL nº 550, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.037281/2020-80
10. PL nº 2788, de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 037281/2020-80
11. PDL nº 116, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 040316/2020-68
12. MPV nº 964, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 049194/2020-75
13. PL nº 1058, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 051135/2020-67
14. PL nº 2989, de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 047144/2020-53
15. MPV nº 926, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 049550/2020-51
16. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 164673/2019-87
17. PEC nº 10, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 055959/2020-14
18. VET nº 9, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 054316/2020-45
19. PL nº 1397, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 054854/2020-30
20. PL nº 2192, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 054363/2020-99



21. PL nº 2630, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 053538/2020-41
22. PLN nº 33, de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 179592/2019-81
23. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 057093/2020-78
24. MPV nº 907, de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 057085/2020-21
25. PEC nº 95, de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 057070/2020-63
26. PL nº 1179, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 056856/2020-63
27. MPV nº 938, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 056918/2020-37
28. PL nº 949, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 056722/2020-42
29. MPV nº 979, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 056273/2020-32
30. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 166505/2019-26
31. PL nº 1328, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 058075/2020-11
32. PL nº 1794, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 058075/2020-11
33. PEC nº 17, de 2012. Documento SIGAD nº 00100. 077018/2019-90
34. MPV nº 936, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 051925/2020-42
35. PL nº 1543, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 054869/2020-06
36. VET nº 13, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 054869/2020-06
37. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100. 048106/2020-71
38. MPV nº 938, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 057731/2020-51
39. MPV nº 932, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 059142/2020-15
40. PL nº 2630, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 060128/2020-56
41. PL nº 2630, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 060099/2020-22
42. MPV nº 938, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 059920/2020-35
43. PL nº 2630, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 059891/2020-34
44. VET nº 19, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 059768/2020-13
45. PL nº 2630, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 059874/2020-05
46. PL nº 34, de 2020. Documento SIGAD nº 00100. 020719/2020-91

Secretaria-Geral da Mesa, 29 de junho de 2020.

(assinado digitalmente)
JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS
 Secretário-Geral da Mesa Adjunto

